

Dominique Buchillet \*

### Introdução

Este artigo destaca a situação dos Índios Tukano orientais que moram na região do Uaupés situada em ambos os lados da fronteira colombiano-brasileira. Esta região, conhecida como Noroeste amazônico, é o habitat de grupos de diferentes famílias linguísticas : Tukano orientais, Baniwa e Maku. Tukano e Baniwa (da família linguística Aruak morando ao longo do rio Içana e afluentes) fazem parte das culturas sedentárias ribeirinhas bastante homogêneas que mantem contato através de trocas de objetos de uso cotidiano (trançados, bancos, canoas, etc. para os primeiros e raladores para os últimos) ou de laços matrimoniais. Os Maku, bandas semi-nomades de caçadores-coletores morando nas zonas interfluviais, tem desenvolvido com os Tukano, ao longo dos séculos, uma estreita relação de intercâmbio econômico em que os Maku trocam produtos silvestres (caça, frutas, cipós, etc.) e trabalho contra comida (beiju, farinha de mandioca ) ou outros bens comercializáveis dos Tukano. Os Índios Tukano, Baniwa e Maku são diretamente atingidos pelo projeto Calha Norte por ter a maior parte das suas terras dentro a faixa de 150 kms de largura decretada "zona de segurança nacional" e por ter representantes dos seus grupos em países limítrofes, no caso dos Tukano : na Colômbia. Este artigo vem complementar os trabalhos de outros pesquisadores sobre as repercussões do Calha Norte entre os Índios Baniwa e Maku.

*\* antropóloga, pesquisador do Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG) de Belém-PA desde 1984, trabalhando principalmente sobre xamanismo, medicina tradicional e medicina ocidental entre os Desana, um grupo da família linguística Tukano oriental, morando ao longo dos rios Uaupés, Tiquié e Papuri, na região do Alto Rio Negro, no Estado do Amazonas. Participa do projeto "Levantamento da situação atual dos Povos Indígenas no Brasil" desenvolvido pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) como membro da equipe organizadora do volume I "Noroeste amazônico".*

### O projeto Calha Norte.

O projeto Calha Norte, mais especificamente designado como Desenvolvimento e Segurança na região ao norte das Calhas dos rios Solimões e Amazona, abrange uma faixa de fronteira de 6.500 kms entre Tabatinga (AM) e Oiapoque (Amapá), atingindo 14% do território nacional e 50 povos indígenas (totalizando 50.000 indivíduos) dos 196 registrados atualmente no Brasil.

Por razão de segurança nacional, o general Baema Denys, chefe de gabinete do Presidente Sarney e secretário geral do Conselho nacional de Segurança (CNS), opõe-se a demarcação das áreas indígenas numa faixa de fronteira de 150 kms de largura. Isso pode ser entendido sob dois ângulos diferentes presentes igualmente nas preocupações do CNS :

- Em razão da instabilidade política e problemas conexos de certos países vizinhos (notadamente, Suriname e Guianá) a demarcação das áreas indígenas fronteiriças tornaria vulneráveis as fronteiras em razão da densidade demográfica demasiadamente insignificante para poder atender às exigências de segurança nacional.

- Os próprios indígenas estão vistos como podendo constituir uma ameaça à integridade territorial do Brasil em reivindicando a sua autonomia territorial. ( Folha de São Paulo, 27/06/86).

Para contrar estes perigos latentes o CNS impedirá a demarcação das terras indígenas nas zonas de fronteira numa faixa de 150 kms de largura. Esta decisão bloqueou, nos anos de 1985 e 1986, numerosos processos de demarcação e homologação encaminhados à Presidência da República para assinatura, depois de ter, portanto, recebido um aviso positivo do grupo interministerial encarregado desde o decreto 88.118 do 23/02/83, de estatuar sobre a regularização fundiária das terras indígenas (CEDI, 1986).

Para atender às exigências de segurança nacional, é preciso reforçar a presença militar na fronteira. No caso do Alto Rio Negro, uma das áreas consideradas como prioritárias em razão da existência de certas atividades ilegais (tráfico de entorpecentes, contrabando e evasão de riquezas), o reforço da presença militar se efetivará mediante o 5 Batalhão Especial

de fronteira, sediado em São Gabriel da Cachoeira, mas assentando pelotões em vários pontos críticos : Cucui, Maturacá, São Joaquim, Querari, Iauareté, todos listados, no projeto, para receber melhorias nos aerodromos e pistas de pouso. Além de sublinhar a necessidade de reforçar a presença militar e fiscalizar a entrada de estrangeiros nesta região, o projeto não é muito claro sobre as outras medidas que serão - ou deverão ser - tomadas para controlar essas atividades contrárias ao interesse nacional.

O projeto Calha Norte não visa, simplesmente, a preservação da integridade do território nacional através da formação de pelotões especiais de fronteira e do adensamento de marcos limitrofes como, também, o desenvolvimento econômico da região. O propósito é, segundo o general Denys, "vivificar", "colonizar de maneira racional", "tornar as fronteiras um lugar capaz de atrair colonos e empresários dos eixos tradicionais de imigração, como forma de aumentar a circulação de riquezas" (Rorantim, julh. de 1986:89:8). A presença militar é vista como o motor do processo de colonização (segundo Otavio Moreira Lima, Ministro da Aeronáutica, "a instalação de pelotões de fronteira gera, naturalmente, a formação de núcleos populacionais nos seus arredores, originando até pequenas cidades", O Liberal, 31/03/87) e de desenvolvimento da região que se fará segundo as diretrizes do primeiro Plano de Desenvolvimento da Amazônia (I PDA) detalhadas pagina 32 do projeto Calha Norte, ou seja : "utilizar seus recursos [da Amazônia] obedecendo, simultaneamente, três requisitos essenciais : que seu uso seja economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente correto; reconhecer e valorizar as características e peculiaridades da sociedade e cultura amazônicas como elementos decorrentes das condições ecológicas, antropológicas e históricas; elevar o nível e a qualidade de vida da população (...); interiorizar e internalizar o desenvolvimento de forma a reduzir as desigualdades funcionais, espaciais, e setoriais". Segundo o decreto 88.064 qualquer pessoa pode desenvolver as mais variadas atividades em faixa de fronteira sendo somente necessário, para isso, o assentimento do CNS. Com a não demarcação da faixa de fronteira qualquer um poderá requerer o aviso positivo do CNS e desenvolver ativi-

dados autorizadas pela legislação aplicável à faixa de fronteira. A não demarcação das áreas de fronteira responde assim a duas exigências : segurança e desenvolvimento. Embora o projeto prevê, para cada área, recursos destinados a "estudos para delimitação e demarcação das áreas indígenas" e, mesmo reconhecendo a necessidade de assegurar às comunidades indígenas "os mecanismos de preservação, delimitação e demarcação das suas terras" (ver capítulo 6 : Ações subsequentes na região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas) a posição do CNS frente a demarcação das áreas indígenas, localizadas fora da faixa de fronteira, pode ser resumida assim :

- Transformação dos territórios indígenas em colônias agrícolas onde os índios passaram a produzir como qualquer colono ou

- Redução drástica dos territórios indígenas : a extensão das reservas indígenas seria assim calculada a partir do módulo rural regional atribuindo 100 ha. por família indígena, o que o general Denys considera como "razoável" (CIMI, 1986).

Como o faz notar o Centro Missionário Indigenista (CIMI) "é a redução do conceito de terra indígena habitada por terra ocupada economicamente".

Na vista do CNS, os Índios devem participar ativamente do processo de desenvolvimento regional ou, ao menos, não ser um obstáculo ao progresso. E o teor das duas proposições feitas aos líderes Tukano, ano passado, de transformar em colônia agrícola ou demarcar, aldeia por aldeia, o seu território (vide infra).

De fato, como mostraremos mais adiante, o projeto Calha Norte, longe de atender às exigências do I PDA provocará, além de graves problemas sociais, danos ecológicos irreversíveis, na região do Alto Rio Negro.

#### A região do Alto Rio Negro.

##### I. Território e população.

Os Tukano orientais, que se subdividem em uns quinze grupos exogâmicos patrilineares diferenciados por uma língua (arapaço, bara, barasana, desana, karapana, kobewa, makuna, miriti-tapuio, pira-tapuio,

siriano, tatuyo, tukano, tuyuka, uanano, yuruti, etc.) ocupam um território unico - não existem representantes desta familia lingüística em outras partes da Amazônia - circunscrito pela rede hidrográfica dos rios Uaupés, Tiquié, Papuri e Pira-Paraná, na Colômbia.

Em termos de fronteira política, esta região pertence ao Estado do Amazonas (Brasil) e ao Comisária del Uaupés (Colômbia). Embora a fronteira corte seu território em duas partes, isso não tem nenhum impacto sobre a organização social e cultural indígena. Os Tukano de ambos os lados da fronteira compartilham um sistema social comum baseado na troca de mulheres entre grupos essencialmente diferenciados pelo língua.

A morada dos grupos Tukano no Uaupés colombiano-brasileiro é reportada desde os primeiros relatórios de viagem (ver Noronha 1753; Sampaio 1775; Ferreira 1785; Araujo e Amazonas 1852; Coudreau 1830). Esses relatórios notam, também, a presença de certos grupos Tukano no rio Içana (notadamente os Desana) ao lado de Índios do tronco lingüístico aruák. Enfim, Herculano Penna, Presidente da Provincia do Amazonas, localizou, em 1853, os Desana, Kobewa e Uanano no rio Japurá.

E difícil saber de onde provém os Tukano orientais. Nimuendaju, no relatório elaborado para o antigo Serviço de Proteção aos Índios em 1950, pensa que os grupos atuais, que moram na região do Uaupés, são os sobreviventes de grupos distintos, tanto no plano lingüístico quanto cultural, que teriam invadido a região em duas ondas migratórias sucessivas : Arawak vindo do norte e Tukano vindo do oeste. Os Tukano, então, teriam desalojado os Aruák do rio Uaupés; Nimuendaju pensa que estas migrações não aconteceram em tempos muito remotos, talvez no inicio da era cristã. A expansão tukano incorporou, no plano lingüístico, certos grupos de origem aruák, tais como os Tariano que ocupam alguns sitios no Uaupés e que passaram a usar a língua Tukano como língua própria. Segundo o antropólogo I. Goldman (1963), que trabalhou entre os Kobewa do Querari e Cuduyari, dois afluentes do Uaupés, certos elementos da cultura Tukano seriam semelhantes aos das culturas andinas, tais como a hierarquização e especialização dos clãs, o culto dos ancestrais, o uso cerimonial de coca, a confeição de trançados elaborados, etc.

Os dados populacionais atuais da região do Uaupés são pouco confiáveis mas se calcula aproximadamente um total de 15.000 Índios Tukano de ambos os lados da fronteira colombiano-brasileira. Segundo a Prelazia do Rio Negro (1982), os Tukano no Uaupés brasileiro repartiam-se assim : Tukano (2635); Desana (960); Pira-Tapuio (618); Uanano (555); Tuyuka (465); Arapaço (258); Kobewa (98); Miriti-Tapuio (77); Yepa-Masa (55); Karapana (49); Barasana (43); Bara (24); ou seja, um total de 5837 Índios Tukano orientais distribuídos em umas 115 aldeias espalhadas ao longo dos rios Uaupés, Tiquié, Papuri, Querari e Cuduyari. Embora certos grupos Tukano orientais somente tem representantes na Colômbia, tais como os Makuna, Tatuyo, Yahuna, Taiwano ou Yuriti, eles, contudo, fazem parte, com os Tukano do Brasil, de um sistema social mais amplo, "pan-Uaupés" baseado, notadamente, na troca de mulheres entre grupos lingüísticos.

## 2. Introdução etnológica.

Os Tukano se reconhecem por uma origem e uma história comum e formam um grupo socio-cultural homogêneo, cujas principais características são as seguintes : orientação ribeirinha dos povoados (antigamente das malocas); cultivo da mandioca (pelo sistema de coivara) complementada pela pesca, caça e coleta; sistema de parentesco e de matrimônio baseado na diversidade lingüística; narrações míticas com uma trama comum; festas e rituais semelhantes, etc. Isso não significa, entretanto, que eles sejam iguais em todo : eles se dividem em grupos essencialmente diferenciados pela língua, pela localização territorial e uma especialização artesanal (que tem sentido nas festas de trocas de bens) e unidos por laços matrimoniais. As línguas faladas por estes grupos pertencem à mesma família. Os indivíduos que falam a mesma língua se consideram irmão. De modo corrente, é reconhecido como parente aquele "que fala da mesma maneira" ao passo que outros grupos se distinguem pelo fato de falarem outras línguas. Falantes de línguas diferentes consideram-se afins. A afiliação lingüística funciona como registro de identidade fundamental para cada grupo. A diversidade lingüística, que o mito liga



à dispersão territorial dos Tukano, longe de constituir um obstáculo à sua integração regional, determina, pelo contrário, a natureza das suas relações : relações de germanidade entre "gente de mesma língua", relações matrimoniais entre gente de línguas diferentes.

Na região do Uaupés, cada grupo Tukano ocupa, idealmente, um território contínuo, composto de uma porção de rio (e afluentes) e limitado de cada lado por outros grupos com que ele é em relação de afinidade potencial. Mais de dois séculos de colonização, durante os quais os Índios Tukano vem sendo repetidamente "descidos" e reunidos, em missões religiosas e colônias espalhadas nos baixos cursos dos grandes rios, sem qualquer respeito à diferença lingüística, por parte dos missionários e dos colonos, podem explicar a distribuição atual das aldeias dos Tukano que não ocupam mais um território contínuo mas cujos membros se espalham ao longo dos principais cursos d'água desta região.

Um outro critério de diferenciação dos grupos Tukano é a especialização artesanal : cada grupo é, com efeito, reconhecido como artesão privilegiado de certos objetos, de uso cotidiano ou cerimonial, trocados através das conhecidas festas de oferta de bens (os dabucuris na língua geral) realizadas entre grupos aliados. Estas festas devem ser entendidas como meio de reforçar os laços cimentados pela troca de mulheres entre grupos lingüísticos. Assim os Desana são os artesões específicos dos trançados, os Tukano dos pequenos bancos esculpidos numa única peça de madeira considerados como lugares de constância e de sabedoria, os Tuyuka das canoas e remos, os Kobewa das máscaras mortuárias feitas com a entrecasca de tururi, etc. Os Baniwa e os Maku não escapam deste sistema de especialização artesanal : os Baniwa são tidos como especialistas dos raladores de mandioca por morar perto de um igarapé rico em pedrinhas de quartzite servindo a fazer os dentes do ralo. Enfim, os Maku fornecem, além de certos produtos selvagens, os cestos-cargueiros feitos de cipó titicá.

Cada grupo Tukano, ou unidade socio-lingüística patrilinear exogâmica, é subdividida em unidades nomeadas, hierarquizadas, compostas de clãs hierarquizados e especializados funcionando de maneira interde-

pendante durante os rituais. A região do Uaupés é, assim, uma mosaica de grupos patrilineares exogâmicos, principalmente diferenciados pela língua e unidos por laços matrimoniais. As aldeias (do mesmo grupo lingüístico ou de grupos distintos) mantêm entre si um intenso contato através de relações de parentesco e de matrimônio consolidadas pelas trocas cerimoniais de bens e pelas interações rituais. Cada grupo local contém representantes femininos de três ou quatro grupos lingüísticos em razão das regras de exogamia lingüística e de residência patrilocal : "cada comunidade é o microcosmo de um sistema social mais amplo" (Jackson, 1983:5). Espalhados ao longo dos cursos d'água os grupos lingüísticos não podem ser, assim, considerados como unidades independentes podendo ser isoladas num território limitado : cada um depende dos outros para assegurar a reprodução de seu próprio grupo e essas unidades fazem parte de um conjunto social mais amplo que rege as regras sociais de parentesco e matrimônio. Por outra parte, essas relações de parentesco e casamento criam mecanismos de re-distribuição dos recursos naturais através das trocas cerimoniais de comida e outros bens.

### 3. Atividades de subsistência

A região do Uaupés cobre uma superfície de 66.000 km<sup>2</sup>, é uma área de terra firme, pouco elevada (80 a 100 metros) coberta de floresta tropical densa com algumas zonas sujeitas à inundações esporádicas (os igapés), com afloramentos graníticos e picos montanhosos (como o Pico da Neblina, o ponto mais elevado do Brasil : 3014 m de altura). Esta região é banhada por rios de águas pretas. Muitos dos rios desta região são encachoeirados o que tem repercussões sobre a pesca. A coloração escura destes rios provém dos solos por eles atravessados. Rio Negro e Uaupés drenam zonas geologicamente antigas (da era pre-cambriana) erodadas ao longo dos séculos - o escudo guianense ao norte, o escudo brasileiro ao sul - separadas pelo percurso do Amazonas, daí a sua composição química particular : pobre em sais dissolvidos, limo e matérias orgânicas, eles são muito ácidos. Segundo Meggers (1971), as margens destes rios são, em geral, pouco definidas e cobertas por uma vegetação periodicamente ou



permanentemente inundada : "os resíduos desta vegetação caem no leito do rio e aí se decompõem, consumindo oxigênio e despreendendo ácidos carbônicos e humíferos, durante o processo" (1977:31). A coloração escura impede a penetração da luz solar necessária a fotossíntese, o que tem repercussão sobre a formação e o crescimento de plantas comestíveis para os peixes. Estes se alimentam, quase exclusivamente, de insetos, larvas, aracnídeos, etc., que caem na superfície da água e da vegetação ribeirinha. Estas características físicas e químicas particulares dos rios fazem com que eles são pouco aptos à vida aquática. Os rios de água preta e as terras, por eles irrigadas, são de baixa qualidade. Segundo Janzen (1974), os rios de água escura tendem a ser associados com áreas de solos pouco férteis, particularmente solos de areia branca e podsols. Tais características requerem técnicas de adaptação e de manejo específicas. Como veremos, os Tukano tem desenvolvido métodos eficazes e ecologicamente eficientes para um aproveitamento maior dos recursos da mata tropical sem pôr em risco o difícil e precário equilíbrio ecológico desta região.

Os grupos Tukano são sedentários, praticam a horticultura da mandioca amarga, complementada pela pesca, caça e coleta de produtos silvestres. A horticultura da mandioca amarga (Manihot esculenta Cranz) ocupa a parte mais importante da dieta alimentar (segundo Chernela 1986:154, a mandioca fornece 85 a 95 % da consumação diária de calorias). A agricultura praticada é itinerante e rotativa, baseando-se no sistema de coivara. O trabalho da mandioca (plantio, colheita, transporte, processamento da mandioca) repousa principalmente no trabalho das mulheres, a participação masculina limitando-se, tradicionalmente, a derrubada e queima de uma porção de mata. Cada família nuclear possui, ao menos, 3 roças de idade diferente : uma recém-derrubada, outra de 1 ou 2 anos de idade, uma terceira de 2 ou 3 anos. Uma plantação é usada, em geral, três anos seguidas (para 2 ou 3 ciclos culturais) mas o rendimento começa a diminuir desde o segundo ano em razão da invasão crescente de uma vegetação secundária que absorva os nutrientes do solo. A roça é, depois, abandonada para o solo se recuperar. Contudo, as "velhas" roças continuam

a ser visitadas pelos Índios, durante alguns anos, para a colheita de cultivos cujo tempo de aproveitamento é mais demorado : várias frutas, como banana, mamão, pupunha; cásas; batatas doces; plantas medicinais, etc. O processo de recuperação do solo demora cerca de 15 anos. Depois deste período o solo pode ser de novo usado para o cultivo.

A mandioca, segundo as variedades, leva entre 6 e 9 meses para chegar a maturidade. As roças comportam um grande número de cultivares de mandioca amarga (91% da área total cultivada, segundo Chernela, *ibid*:152)) ao lado de cultivos de importância secundária : árvores frutíferas, plantas de uso medicinal, pimentas, fumo, cásas, batatas doces, macaxeiras ou mandioca doce... Chernela (*ibid.*) repertoriou, entre os Uanano, 137 cultivares diferentes de mandioca amarga, o maior número já reportado nas roças indígenas. Ela explica esta heterogeneidade pela troca entre grupos lingüísticos : "alianças matrimoniais criam canais que possibilitam a troca de cultivares de mandioca na bacia do Uaupés" (*ibid*:157).

Os Índios testemunham de um alto grau de conhecimento agrônômico, gerando perfeitamente as variedades de mandioca, classificando-las segundo os seus usos, o teor em tapioca, a coloração da polpa dos tubérculos (distingue-se, assim, variedades brancas, cremes e amarelas), o grau de toxicidade, a qualidade de farinha, etc. (Buchillet 1983:59) e eliminando as improdutivas. A mandioca é elaborada numa variedade de produtos manicoera (ou suco de mandioca destoxificado por ebulição), farinhas e beijos de diferentes tipos que são os componentes necessários de toda refeição. A farinha, ademais, por ser facilmente transportável, é um alimento substancial nas viagens ou para o desempenho de tarifas arduas (pesca, trabalho de roça...) onde é consumida como chibé (farinha molhada d'água).

Pesca e caça vem complementar a dieta fornecendo o essencial das proteínas na alimentação. A caça é uma atividade exclusivamente masculina ao contrário da pesca que pode ser praticada por ambos os sexos, particularmente no caso da pesca dos pequenos peixes ou com veneno.

A importância maior acordada à caça ou pesca depende, notadamente, da localização geográfica dos clãs e grupos indígenas : os Índios morando ao longo dos rios principais e nos baixos cursos, zonas consideradas como mais ricas em peixes, são mais orientados para a pesca. Pelo contrário, os Índios morando perto das cabeceiras ou nos riachos, mais pobres em peixes, dedicaram mais importância as atividades de caça. As cachoeiras, também, tem um impacto sobre os movimentos dos peixes podendo constituir uma barreira para alguns deles. Os Tukano desenvolveram uma tecnologia de pesca muito elaborada (arpão, malhadeiras, linhas de nylon e anzóis, puças e diferentes armadilhas de pesca tais como os matapi, cacuri, pari) que lhes permitem encarar quaisquer características de terreno, de profundidade da água, de força da corrente, como, também, dos ciclos migratórios, reprodutores e alimentícios, dos peixes, para superar a reconhecida escassez de peixes dos rios de águas escuras.

A coleta de produtos selvagens (frutas, raízes e diferentes insetos) é uma atividade complementar às precedentes podendo ser praticada tanto pelos homens quanto pelas mulheres. A coleta palia, ocasionalmente, a ausência de peixes ou de caça. Ela pode ser ocasional - efetuada no curso de uma expedição de caça ou na volta da roça - ou organizada em previsão, por exemplo, de uma festa de oferta de comida entre grupos unidos por laços de casamento. Ela corresponde, neste caso, geralmente à maturação de certas frutas selvagens particularmente prezadas pelos Índios Tukano como bacaba, pataua, buriti, pupunha, etc.

Vale ressaltar que a mata fornece o essencial dos recursos alimentícios (caça, frutas selvagens, insetos) ou tecnológicos (cipós, fibras vegetais para trabalho de trançados, venenos para pesca ou caça, madeira ou casca de árvore para a construção das casas, folhas de palmeira, como de Inajá, para a confeição dos tetos das casas, plantas medicinais, materiais para o higiene pessoal, etc.) mas esses recursos não são distribuídos de maneira uniforme na mata : certos produtos existem somente em mata primária, outros em capoeiras. Os indígenas distinguem, na mata, diferentes nichos ecológicos - mata virgem, capoeira, mata primária de árvores baixos, caatinga, igapó, lago, etc. - nomeados, habitat privile-

giado de certas espécies animais ou vegetais. Assim, por exemplo, os cervídeos e outros animais de grande porte (como a anta) moram nas profundidades da mata virgem ao passo que pequenos animais como cutias, acutivaias, etc., moram preferencialmente nas capoeiras que são, também, ricas em plantas medicinais. Como se vê, o território de caça, pesca e coleta vai muito além dos limites próprios do povoado o que inviabiliza, a curto prazo, toda tentativa de demarcação aldeia por aldeia, das terras indígenas, assim que o general Denys fez a proposta aos Tukano. Reduzir o território dos Tukano às imediações das aldeias seria negar-lhes o acesso a uma extensiva e diversificada área de fontes alimentícios e tecnológicos indispensáveis a sua sobrevivência física e cultural.

Devido a sedentarização forçada e a atomização dos grupos locais em casas individuais centradas na família nuclear, sob a influência dos primeiros missionários salesianos, mata e rios, ao redor das aldeias, tendem a ser pouco produtivos, obrigando os Tukano a se deslocar longe dos povoados para caçar, pescar ou, também, para abrir roças. Silverwood-Cope (1972), que trabalhou entre os caçadores-coletores Maku, mostrou assim que a produtividade da caça é três vezes maior nas profundidades da mata que a proximidade dos sítios habitados. No tempo das malocas, ou antigas casas comunais, que eram o padrão tradicional de morada, podia-se notar uma certa mobilidade residencial e de sítio respondendo a diversos fatores tanto de ordem social (morte do fundador da maloca; recuperação de um sítio ancestral; mortes frequentes na maloca; brigas entre co-residentes, etc.) quanto econômico (ciclo itinerante dos cultivos; escassez de peixes ou de caça a proximidade dos povoados). Esta mobilidade espacial facilitava o processo de regeneração natural da floresta. Com a sedentarização dos povoados, os solos passaram a ser reutilizados antes que um ciclo de regeneração seja concluído, ocasionando um rendimento agrícola menor. Isso demonstra claramente que qualquer tentativa de circunscrever as terras dos Tukano às imediações das aldeias e qualquer projeto de assentamento de colonos ou de desenvolvimento através da agricultura intensiva ou de projetos agropecuários são ecologica-

mente inviáveis, causando danos irreversíveis no ambiente natural pelo esgotamento dos recursos naturais além de afetar, gravemente, a sobrevivência dos povos indígenas.

#### 4. Direitos territoriais e mineração.

Desde a notícia, em 1983, da riqueza aurífera das terras do Alto Rio Negro, os Índios Tukano, Baniwa e Maku, sofreram das exações exercidas no seu território por parte de garimpeiros e empresas mineradoras. As terras indígenas do Alto Rio Negro não receberam, ainda, de reconhecimento jurídico. 4 áreas foram delimitadas pela FUNAI em 1979 mas as suas limites estão em via de revisão : Pari-Cachoeira (1.020.000 ha.), Içana-Aiari (896.000 ha.), Iauarete (990.000 ha) e Içana-Xié (480.000 ha). Diferentes proposições de delimitação, submetidas nos anos seguintes (notadamente em 1983 e 1985) pela FUNAI, fundando-se sobre levantamentos antropológicos e históricos realizados na região do Alto Rio Negro visavam, particularmente, a redefinição dos limites de duas áreas indígenas, Pari-Cachoeira (2.069.000 ha.) e Içana-Xié (1.223.000 ha.). Nestas proposições, as áreas próximas aos sítios minerais do Alto Içana e Alto Xié (serra dos Padres, sítio Matapi) e do Traira (serra da Traira), reconhecidas devidamente como "áreas de ocupação imemorial indígena" estavam incluídas no território indígena. Apesar dos inúmeros pedidos por parte dos líderes Tukano e dos antropólogos efetuando pesquisas nesta região em favor da criação de uma reserva territorial contínua, estas propostas nunca foram concretizadas. Aproveitando-se da falta de uma definição clara da situação fundiária desta região, garimpeiros e mineradoras invadiram, desde 1984, as terras dos Índios.

Paranapanema e Gold Amazon, duas empresas privadas, dispõem, desde outubro de 1985, de alvarás de pesquisa e lavra na serra da Traira, alvarás concedidos pelo DNPM que se baseou numa antiga proposta de delimitação da área indígena de Pari-Cachoeira que não incluía a serra. Os garimpeiros, por sua vez, começaram a invadir e explorar, por conta própria, a serra. A situação no Alto Rio Negro era explosiva durante o ano de 1985 pelo fato de que empresas mineradoras concorrentes e garim-

peiros se afrontavam, opondo-se conjuntamente aos Índios. Frente a violência e tensão crescente na região, os líderes do Alto Rio Negro organizaram várias reuniões para definir uma política comum frente ao invasor e encaminharam, ao Presidente da FUNAI, diversas cartas pedindo a retirada imediata dos garimpeiros e a demarcação das suas terras.

Em junho de 1985, um grupo de trabalho criado pelo Presidente da FUNAI, recomendava certas medidas urgentes como única forma de evitar a degeneração dos conflitos entre Índios, garimpeiros e mineradoras : redefinição dos limites das áreas de Pari-Cachoeira (incluindo a serra da Traira reconhecida "área de ocupação indígena") e Içana-Xié; demarcação das terras indígenas; retirada dos garimpeiros; instalação de postos de vigilância em locais designados pelos Índios (relatório GT FUNAI/85:5). Mas a FUNAI não tomou qualquer medida nesta época.

Diferentes conflitos violentos entre Índios e garimpeiros, ocasionando mortes de cada lado, ocorreram em outubro e dezembro de 1985 e janeiro de 1986. Nestas ocasiões, o Superintendente regional da FUNAI em Manaus, Sebastião Amancio da Costa, acusava o DNPM de não ter consultado a FUNAI, assim que o estipula a lei, antes de conceder alvarás de pesquisa e lavra à Paranapanema para verificar, em primeiro lugar, se não existiam propostas de delimitação da área de Pari-Cachoeira mais recentes e, em segundo lugar, "se estaria válido, ou não, para a FUNAI homologar a inexistência de Índios e autorizar o DNPM a conceder alvarás de pesquisa" (Conferência de Imprensa, 28/01/86). Ele acusava, também, a Paranapanema de ser o instigador dos conflitos entre Índios e garimpeiros usando "os garimpeiros como cobaias para entrar em conflito armado com os Índios e assim aproveitar-se do caminho livre para exploração (A Crítica, 6/01/86).

Diversos atritos entre Índios, garimpeiros e empresas ocorreram ao longo do ano de 1986. Os garimpeiros tomaram de força um dos sítios minerais detidos pela Paranapanema na serra da Traira em abril de 1986 e, depois de alguns dias, foram retirados pela segurança da firma e a polícia militar.

O 4 de junho de 1986, cansados das promessas nunca concretizadas da FUNAI, os líderes de Pari-Cachoeira, durante uma reunião com o general



Baema Denys, o Ministro do Interior (Ronaldo Costa Couto) e o Presidente da FUNAI, reivindicavam, novamente, a demarcação das suas terras, proposição que o CNS negou alegando da impossibilidade de demarcar as áreas de fronteira por motivo de segurança nacional : "a resposta foi negativa porque, nós, moravam na fronteira e na faixa de 150 kms, e era impossível a demarcação da reserva dentro, ao contrário do que rezava a legislação. Foi dialogado de diversos ângulos, porém, o governo foi irredutível e não demarcará para um só grupo de pessoa (nós sublinhamos) e, ainda mais, sendo na fronteira" (Ata da UCIRT, 9 de junho de 1986:12-13). Considerando o "estado de aculturação" dos Índios Tukano, o general Denys propôs a transformação do seu território em colônia agrícola "porque a nossa sociedade indígena já era aculturada e tinha que ser tratada de forma diferente" (ibid.) comprometendo-se a liberar imediatamente recursos financeiros para projetos agropecuários e instalação de serrarias. Para o general Denys "a reserva é para o Índio selvagem, a colônia agrícola para o Índio aculturado" (Porantim, julho de 1986:89:8). A colônia agrícola permite a presença simultânea de Índios e Brancos engajados numa atividade produtiva comum. Depois de mais de 60 anos de atuação missionária permanente na região do Uaupés, os Tukano testemunham de um certo grau de educação escolar (certos Tukano tendo até o segundo grau) além de falar mais ou menos fluentemente a língua portuguesa. A reflexão do general deixa pensar que quem fale português já não é mais Índio e perde automaticamente os seus direitos territoriais portanto garantidos pelo artigo 198 da Constituição Federal e o Estatuto do Índio. O general Denys pediu uma resposta imediata aos líderes Tukano mas estes negaram, não se sentindo o direito de decidir ao nome do povo sem a consulta prévia dos outros Índios. Esta proposição do CSN foi examinada e discutida em assembléia geral da Associação das Comunidades Indígenas do Rio Tiquié (UCIRT) no dia 9 de junho de 1986.

(Os Índios a rechazaram cientes de que ela ia trazer nenhum benefício para eles mas que, ao contrário, eles iriam perder os seus direitos territoriais (Ata da UCIRT, 9 de junho de 1986:14). Como proposição alternativa, o general Denys ofereceu a demarcação das terras dos Tukano, aldéia por aldéia, proposição que é, como vimos, incompatível,

por razões ecológicas e sociais, com a sobrevivência, física e cultural, dos Tukano.

No dia 10 de junho de 1986, os líderes de Pari-Cachoeira assinavam, com a empresa mineradora PARANAPANEMA S/A, um contrato "objetivando a exploração das riquezas minerais" da serra da Traira, a firma comprometendo-se a assistir os Índios no setor da educação e da saúde, além de oferecer um apoio técnico.

Em outubro de 1986, o que coincidiu com a divulgação, na imprensa, do projeto Calha Norte, o Superintendente de Manaus, Sebastião da Costa, declarou : "não existe exploração mineral em áreas indígenas propostas pelo órgão, mas sim, exploração e lavra em áreas próximas às indígenas" (A Crítica, 02/10/86). Em termos claros, isto significa que a serra da Traira, portanto reconhecida como "área de ocupação indígena" em várias propostas de re-delimitação da área de Pari-Cachoeira (particularmente as de 1983 e 1985) ou em relatórios da FUNAI (ver relatório GT FUNAI/85 ou de Cotia Mariz/86) não é mais considerada como área indígena e isso, apesar das próprias declarações feitas, em várias circunstâncias no final do ano de 1985 e no início de 1986, pelo Superintendente da FUNAI sobre a presença ilegal da Paranapanema na área indígena de Pari-Cachoeira, mais precisamente, na serra da Traira (ver, notadamente, A Crítica, 29/01/86). Essa mudança na atitude da FUNAI frente a mineração em território indígena, contrária às disposições da Constituição Federal e do Estatuto do Índio, mostra bem a estreita ligação do projeto Calha Norte e da preocupação do governo brasileiro frente a riqueza mineira da região do Alto Rio Negro, uma das mais ricas do mundo segundo alguns. E de se estranhar, se a serra da Traira não é área indígena, que a firma Paranapanema ressentiu a necessidade de firmar com os líderes de Pari-Cachoeira - a FUNAI estando o terceiro parceiro do acordo - um contrato "objetivando a exploração das riquezas " na serra da Traira de modo a assegurar melhor os seus direitos adquiridos pelo DNPM sem consulta previa da FUNAI, assim que o denunciava o Superintendente da FUNAI. É uma contradição difícil de se resolver! E de se temer que a firma ne começa a fiscalizar, a entrada dos Índios nos seus próprios garimpos assim como ela começou a fazê-lo com os Índios Baniwa, na serra do Caparro, desde o

ano passado, autorizando somente 15 Índios, a cada vez, a explorar seus garimpos (Porantim, outubro de 1986:90:11).

#### Conclusões e propostas.

O projeto Calha Norte não é tanto voltado para a segurança das fronteiras brasileiras - o que é um direito de cada país - mas sim, para o desenvolvimento econômico da região, para um maior aproveitamento das riquezas nela existentes. A importância econômica da região atingida pelo Calha Norte já era assinalada no primeiro plano de Desenvolvimento da Amazônia 1986/1989 da Nova República : "além do aspecto de segurança e soberania nacional, estas regiões se destacam por serem enquadradas ou possuírem um caráter de zona pioneira (áreas de fronteira agrícola, extrativa ou de mineração) e, portanto, sujeitas a um processo de ocupação mais rápido e, de certa forma, incontrolado", daí a necessidade de criar uma infraestrutura básica pela delimitação de áreas para colonização e desenvolvimento agro-pecuário. O projeto Calha Norte prevê, como vimos, numa segunda fase, o assentamento de colonos e a viabilização econômica da região através, notadamente, de projetos agropecuários. Recomenda-se que este desenvolvimento econômico atende às diretrizes gerais do I PDA, particularmente, que ele seja "economicamente viável" e "ecologicamente correto" além de levar em conta e "valorizar" as características da "sociedade e cultura amazônicas, como elementos decorrentes das condições ecológicas, antropológicas e históricas".

De fato, o desenvolvimento da região do Alto Rio Negro, como é pregado no projeto Calha Norte, não poderá atender à primeira exigência do PDA em razão da fragilidade do ecossistema desta região : as terras são pouco férteis o que inviabilizará, a curto prazo, qualquer experiência de agricultura intensiva ou pecuária que, como vimos, provocará danos irreversíveis ao equilíbrio ecológico da região.

O desenvolvimento da região não será, também, "economicamente viável" como acabaram de demonstrar-lo duas experiências de colonização recentes da região do Alto Rio Negro.

Em 1985, o então governador do Estado do Amazonas, Gilberto Mestrinho, assentou, através do Instituto de Terras da Amazônia (ITERAM), 33 fami-

lias de colonos, originários de Goiânia, na região ao norte de Vila Bittencourt, margem esquerda do rio Apaporis. Cada família de colonos recebeu, em conformidade com o módulo rural regional, um lote de 100 ha. Menos de 6 meses depois, as 33 famílias de colonos abandonavam o lugar, queixando-se da falta de apoio logístico, da má qualidade das terras além de uma enchente que alagou boa parte das suas terras. Uma experiência similar foi tentada na região de Cucui, perto da fronteira com a Venezuela, e deu os mesmos resultados.

A colonização do Alto Rio Negro acarretará, também, problemas sociais graves : além de constituir uma violação aos direitos territoriais indígenas, portanto inscritos na Constituição Federal e no Estatuto do Índio, ela afeitará a sua sobrevivência, física e cultural, pelo confinamento num território reduzido que restringe o acesso a uma variedade de fontes alimentícios e tecnológicos indispensáveis e pelo esgotamento irremediável dos recursos naturais devido a concentração demográfica e a consequente surexploração de um território limitado. O desmembramento do território indígena, no caso da demarcação aldeia por aldeia, em provocando a desorganização social e cultural das comunidades e rompendo o sistema tradicional de interdependência (econômica, social) mútua, favorecerá a sua desintegração como povo e consequente marginalização na sociedade brasileira.

Em consequência, propomos as medidas seguintes, as únicas compatíveis com as exigências do I PDA para um desenvolvimento econômico e social harmonioso da região do Alto Rio Negro :

- o reconhecimento dos Índios Tukano, Baniwa e Maku como primeiros ocupantes da região do Alto Rio Negro.
- o reconhecimento de critérios ecológicos e religiosos para o dimensionamento do seu território .
- a redefinição dos limites das áreas de Pari-Cachoeira e Içana-Xié (com a inclusão da serra da Traira e da serra do Caparro) assim que o reivindicam os Índios Tukano, Baniwa e Maku e que o recomendava, em 1985, o grupo de trabalho da FUNAI (ver GT FUNAI/85).

- a demarcação e criação de uma reserva territorial contínua, única forma de preservar as formas específicas de organização social e cultural indígena Tukano.

- a participação dos Índios nas questões do seu interesse através da consulta dos representantes efetivos das comunidades indígenas.

- a valorização dos produtos indígenas no mercado regional (farinha de mandioca, frutas, cipós...)

O desenvolvimento regional deve levar em conta a especificidade das culturas indígenas e da sua organização socio-econômica, o que implica, igualmente, o reconhecimento do seu território, assim que o prega o artigo 23 do Estatuto do Índio : "Considera-se posse do Índio ou silvícola a ocupação efetiva da terra que, de acordo com os usos, costumes e tradições tribais, detém e onde habita ou exerce atividade indispensável à sua subsistência ou economicamente útil". E somente nestas condições que o desenvolvimento regional se tornará harmonioso e profitável para o conjunto das comunidades, indígenas e não indígenas, da região.

#### Bibliografia

Araujo e Amazonas, L. da Silva, Dicionário topográfico, histórico, descritivo da Comarca do Alto Amazonas, Recife, Typografia comercial de Meira Henrique, 1852 (reedição : Manaus, 1984).

Buchillet, D., Maladie et mémoire des origines chez les Desana du Uaupés brésilien", tese de doutorado, Universidade de Paris-X Nanterre, 1983.

Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), Povos Indígenas no Brasil -85/86 (Aconteceu especial 17), 1986.

Centro Indigenista Missionário (CIMI), Política indigenista oficial. Critério de razoabilidade e faixa de fronteira, Brasília, 23 de maio de 1986, 5 p.

Chernela, J., "Os cultivares de mandioca na área do Uaupés (Tukano)". Suma etnológica brasileira, vol. 1. Etnobiologia, Petrópolis, 1986, pp. 151-158.

Cotia Mariz, A., Relatório sobre a área de Pari-Cachoeira, FUNAI, Manaus, 18 de março de 1986, 43 p..

Coudreau, La France equinoxiale, Paris, 1880, 2 vol.

Ferreira, A. Rodrigues, Diário da viagem philosophica pela Capitania de São José do Rio Negro, Revista Trimestral do Instituto Historico e Ethnographico do Brazil 48(1): 1-234, 1885; 49(1):123-288, 1886; 50(2): 11-41, 1887; 51(1):5-166, 1888. (reedição CNPQ/MPEG).

Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Propostas e sugestões do Grupo de Trabalho (GT), São Gabriel da cachoeira/AM, 4 de agosto de 1985, 7 p.

Goldman, I., The Cubeo Indians of the Northwest Amazon, University of Illinois Press, 1963 (Illinois Studies in Anthropology).

Jackson, J., The Fish People. Linguistic Exogamy and Tukanoan Identity in Northwest Amazonia, Cambridge University Press, 1983.

Janzen, D.G., Tropical blackwater rivers, animal and mass fruiting by the Dipterocarpaceae, Biotropica 1973:6:69-103.

Meggers, B., Amazonia: Man and Culture in a Counterfeit Paradise, Chicago, Aldine, 1971.

Nimwendaju, C., Reconhecimento dos Rios Içana, Ayari e Uaupés, Journal de la Société des Américanistes, Paris, 1950:39:125-182.

Noronha, José Monteiro, Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas colonias dos domínios portuguezes em os Rios Amazonas e Rio Negro, Lisboa, Academia Royal das Sciencias, 1856, tomo VI. (Collecção de notícias para a História e Geographia das nações ultramarinas que vivem nos domínios portuguezes ou lhes são vizinhas).

Penna, H., Falla dirigida à Assembléia legislativa provincial do Amazonas, no dia 1ro. de outubro de 1853, em que se abriu a sua 2a. sessão ordinária, pelo Presidente de Provincia, o Conselheiro Herculano Ferreira Penna, Amazonas typografia de M.S. Ramos, 1853.

Sampaio, F.X., Diário da viagem que em visita, e correição das povoações da Capitania de São José do Rio Negro (...) fez o Ouvidor e Intendente geral da mesma, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, no anno de 1774 e 1775, Lisboa, Typografia da Academia, 1825 (reedição em As viagens do Ouvidor Sampaio, Manaus, Associação Comercial do Amazonas, 1985:17-119).

Silverwood-Cope, A contribution to the ethnography of the colombia Makú, tesa de doutorado, Universidade de Cambridge, 1972.

UCIRT, Ata da Assembléia geral e extraordinaria da Associação da União da Comunidade Indígena do rio Tiquié (UCIRT), Pari Cachoeira, 9 de junho de 1986.